

RESENHA

HISTÓRIA DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: O RIO DE JANEIRO COMO CENTRO PRODUTOR E DIFUSOR.

**Frederico Alexandre Hecker. São Paulo: Editora
Annablume, 2024**

Marcelo Lapuente Mahl ¹



10.23925/2176-4174.36.2025e70708

Recebido em: 12/03/2025.

Aprovado em: 15/04/2025.

Publicado em: 15/04/2025.

A história do socialismo brasileiro sob o prisma da pluralidade

Dentre os vários projetos nacionais posicionados à esquerda que circularam pela conturbada vida política brasileira, ao longo do século XX, um dos mais singulares foi proposto pelos pensadores e ativistas do Partido Socialista Brasileiro. É no esforço de entender a história dessa agremiação, nascida sob o lema “socialismo e liberdade”, que o historiador e professor aposentado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Assis), F. Alexandre Hecker, nos oferece a sua *História do socialismo*

¹ Doutorado em História (Unesp). Universidade Federal de Uberlândia. <https://orcid.org/0000-0001-6749-7654> E-mail: mlmahl@ufu.br

democrático: o Rio de Janeiro como centro produtor e difusor, recentemente publicada pela editora Annablume.

Se o PSB é o principal ator político analisado por Hecker, mas não o único, o Rio de Janeiro é o seu palco, o verdadeiro “*locus* dessa associação”. Acompanhamos, com a minúcia que somente um historiador experiente é capaz de apresentar, o crescimento da então capital federal, aquela mesma que se modernizava às avessas, no nascimento da República, tantas vezes presa às mais retrógradas forças conservadoras, que excluíam os pobres e criava “a passos largos” seus bolsões de miséria, enquanto formava a sua imagem de cartão postal; a cidade das intrigas palacianas, dos muitos golpes pensados e alguns executados, das traições, dos conchavos, onde um presidente suicida “saiu da vida para entrar na história”; a cidade com sua riquíssima vida literária e jornalística, impulsionando um sem-número de impressos que representavam os anseios dos mais diversos agentes sociais. É, portanto, nesta faixa litorânea repleta de praias e morros, fausto e pobreza, que o projeto do Partido Socialista Brasileiro, consolidado com este nome a partir de agosto de 1947, surgiu no cenário da política nacional.

De forma geral, pode-se afirmar que o objetivo do partido era agregar em torno de si diversas vertentes socialistas que vicejavam no país desde pelo menos os anos 1920. Uma paisagem ideológica diversificada, formada pelo “trotskismo, liberais radicais, socialistas cristãos, sindicalistas”, todos críticos tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo autoritário. Tarefa por demais desafiadora, especialmente nos enfrentamentos com a maior força à esquerda daquele momento, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que não poupou críticas ao novo partido, que tentava furar a ortodoxia bolchevique para se abrir à “heterogeneidade socialista”.

Esse compromisso com a pluralidade atraiu para o partido, sob a liderança inicial do advogado João Mangabeira, entre os anos de 1945 e 1965, figuras influentes de nossa vida política e intelectual, especialmente no eixo Rio-São Paulo. A lista é imensa, e salta aos olhos: Rubem Braga, José Honório Rodrigues, Joel Silveira, Evandro Lins e Silva, José Lins do Rego, Hermes Lima, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, Sérgio Milliet, Aristides Lobo, entre outros.

Sem dúvida, a aposta em um socialismo que pudesse ser alcançado pela via democrática, aceitando as regras do jogo eleitoral, favoreceu a adesão de grupos

moderados, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas, não raro ocupando cargos em importantes instituições do Estado, descontentes talvez - e faço aqui somente uma conjectura -, com os ditames mais radicais, no que se refere especialmente à ação revolucionária, presentes mais comumente no léxico comunista.

Destaque importante no trabalho realizado por Hecker se dá na análise pormenorizada das relações entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN) - as duas mais influentes forças entre o pós-guerra e o golpe de 1964 -, e o próprio PSB, marcadas profundamente pelo chamado pragmatismo político. Exemplo maior disso foi o apoio dos socialistas a diversas candidaturas da União Democrática Nacional, em tese o seu maior antagonista ideológico. Isto aconteceu nas eleições de 1945, 1947, 1950... revelando um *modus operandi* da política brasileira que se mantém até os dias de hoje, e que não foi, e não é, de fato, privilégio de uma única vertente ideológica; ao contrário, impregnou-se pelos quatro cantos de nossa vida pública.

Um ponto de inflexão nesta história que o autor nos apresenta, ao longo de quase 400 páginas escritas em estilo claro e objetivo, se encontra no fracasso eleitoral do PSB nas eleições de 1950, quando o partido viu importantes membros de seus quadros abandonarem a sigla. Sobre o fato, o autor oferece algumas interpretações, apontando como principal a falta de presença na mídia - leia-se jornais impressos e rádio -, como um dos fatores que dificultaram a propagação das ideias dos socialistas democráticas, tanto no Rio de Janeiro quanto em outros Estados da nação onde se fazia representado.

Coloca-se aí, portanto, uma das inúmeras reflexões presentes no livro que remetem à questões fundamentais para as esquerdas na atualidade: como ampliar a participação nos meios de comunicação, especialmente nos de maior repercussão, e alcançar um público mais amplo, sem renunciar a seus princípios? Aqui está uma pergunta que continua a ser formulada, sem resposta fácil.

O golpe de 1964 significou uma ruptura em nosso processo democrático, instaurando um regime ditatorial que levou a um realinhamento profundo das forças partidárias, agora submetidas ao bipartidarismo e à repressão “geral e irrestrita”. Foi somente com a redemocratização, após um longo e tenebroso período da história nacional, cujas sombras ainda pairam sobre nós, que o PSB se reinventou, sob a influência decisiva de Bayard DeMaria Boiteux, líder da Guerrilha do Caparaó, que

havia sido preso e torturado durante o regime militar, retornando ao Brasil com a lei da anistia, quando também ajudou na fundação do PDT, e do deputado cassado pelo AI-5, Jamil Almansur Haddad. Ambos eram sobreviventes dos chamados “anos de chumbo”, sendo os responsáveis, sob circunstâncias menos dramáticas, pela nova trajetória do partido, que o autor analisa detidamente no capítulo derradeiro de seu livro.

Desde o início deste novo ciclo, em 1985, até os dias atuais, o Partido Socialista Brasileiro trilhou um caminho modesto, porém muitas vezes ascendente, após o hiato forçado de vinte anos, conseguindo, por exemplo, alcançar a vice-presidência da República, com José Rodrigues Alckmin Filho, recém desfiliado do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva, cabeças de chapa na coligação que venceu o pleito de 2022, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, um dos fatores que pode servir de arma aos críticos reside exatamente na estratégia de alianças e cooptação adotadas pelo partido, ao longo de sua história, por vezes difíceis de justificar, aceitando como integrantes de seus quadros nomes pouco afeitos às propostas socialistas, ou pior, envolvidos em transações “nada alvissareiras”.

Tais contradições, expressas sem meias palavras por F. Alexandre Hecker, demonstram o quanto a vida política nacional é marcada por contrastes e peculiaridades. Assim, é preciso aceitar que o mesmo partido que teve como aliados ou afiliados, nas décadas de 1980 e 1990, nomes ilustres da esquerda, reconhecidos nacionalmente, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, ou mesmo militantes com longa trajetória no estado do Rio de Janeiro, como Saturnino Braga e José Frejat, também deu voz ao casal Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, figuras que durante certo período ocuparam posições centrais no PSB, e que tiveram seus nomes ligados a ruidosos escândalos de corrupção.

O autor também não deixa de lado aquele que é um dos maiores traumas na história do partido: a morte de Eduardo Henrique Accioly Campos, aos 49 anos, em um acidente aéreo, em 13 de agosto de 2014, em plena campanha presidencial. Por uma triste ironia do destino, o acidente ocorreu no mesmo dia de falecimento de seu avô, Miguel Arraes, morto em 2005. Tanto o avô, como o neto, haviam sido presidentes notáveis do partido.

Naquele momento, com as eleições presidenciais em pleno curso, Eduardo Campos aparecia no cenário político brasileiro como a figura mais conhecida do PSB, e também uma esperança de renovação para muitos, diante de um contexto difícil, quando um país atônito, exposto diuturnamente ao bombardeio midiático que impulsionou a chamada “operação lava jato”, era chamado às urnas para escolher o novo chefe do Poder Executivo Federal. Seu desaparecimento obrigou a uma reorientação nos planos da coligação, que não conseguiu chegar ao segundo turno, apesar da nova candidata, a senadora Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, então filiada ao PSB, ter conseguido 21,32% dos votos.

É tema que merece uma discussão mais aprofundada se a imagem de jovialidade e, porque não dizer, de sucesso deixada por Eduardo Campos foi incorporada ao partido como um todo. Entretanto, é certo que ao menos seu filho João Campos, atualmente, conseguiu se colocar como herdeiro simbólico do pai, mantendo facilmente a prefeitura do Recife em suas jovens mãos nas eleições municipais de 2024.

Essa análise pormenorizada do socialismo praticado entre nós, proposta pelo autor, responderá plenamente não somente aos anseios dos especialistas, como também de todos aqueles que estejam interessados nos meandros de nossa história política.

Cabe ainda, por fim, formular algumas reflexões: da fragilidade dos discursos atualmente em voga, vindos especialmente do espectro político da direita, que tendem a homogeneizar toda a esquerda em uma unidade indivisível, quase monolítica, para assim desmoralizá-la, fazendo-a parecer retrógrada e irrelevante, salta aos olhos de qualquer leitor atento o quanto os homens e mulheres inspirados pelas análises inauguradas por Karl Marx, posteriormente aprofundadas e expandidas por tantos outros teóricos e militantes, buscaram caminhos diversos para a superação das desigualdades econômicas e sociais, arriscando para isso não somente suas trajetórias profissionais, como também suas próprias vidas.

É disso que se trata, no fundo, este livro, em uma interpretação mais ampliada; de uma reflexão sobre as esquerdas possíveis que atuaram em nosso país, sobre os seus enfrentamentos, suas limitações, suas fragilidades, e também sobre suas vitórias; algumas mais permanentes, outras mais efêmeras, mas mesmo assim vitórias.

A clareza com que o autor evidencia tais circunstâncias, apoiando-se em um escopo robusto de fontes primárias, de onde partem reflexões inspiradas de cunho não somente histórico, mas também sociológico, lança luz à situação atual, e nos comprova que o fato de existirem várias esquerdas não é motivo de fraqueza desse projeto nada utópico, a saber: o de superar o capitalismo destrutivo e belicista; ao contrário, revela que a maturidade política está exatamente no (re)conhecimento dessas experimentações passadas, criando assim as condições ideais para o nascimento de novas lideranças inspiradas em seus antecessores, capazes de pensar o Brasil de hoje ante os desafios que se colocam para o amanhã.

Já se consolidou entre os historiadores a frase propagada de modo veemente pela primeira geração dos *Annales*, “História, ciência do presente”, verdadeiro epíteto notável de toda uma ressignificação, iniciada nos anos de 1930, do antigo saber nomeado por Heródoto. Portanto, só me resta dizer sobre este importante livro de F. Alexandre Hecker: mais atual, impossível.